

Celso Ming

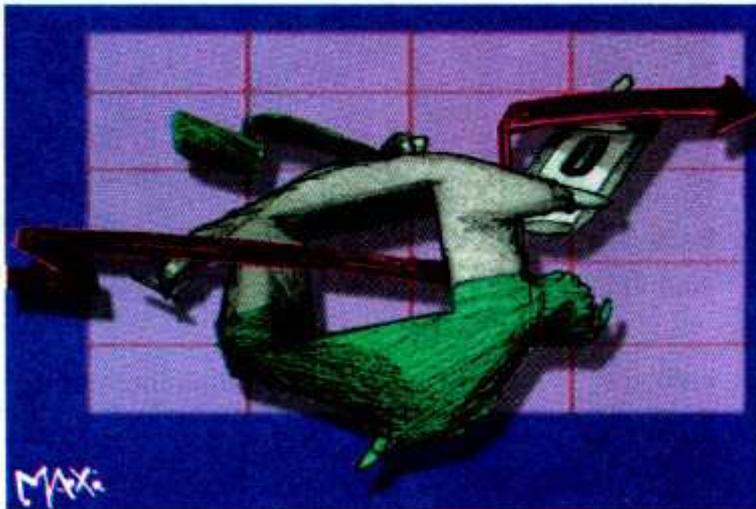
O Brasil tem classe média

Em 1979, quando chegou ao Recife de volta do exílio, o economista Celso Furtado se espantou com o grande número de fuscas estacionadas ao longo da Praia da Boa Viagem: "Quer dizer que o Brasil já tem uma classe média?"

E é mais ou menos isso que o Governo Lula está descobrindo. Os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram, um tanto surpreendentemente, que a política econômica, antes considerada em certos meios como neoliberal, excludente e jogo dos banqueiros, está reduzindo a pobreza e engrossando a classe média.

De 2002 até o fim deste ano, a pobreza nas grandes capitais terá baixado de 32,9% para 24,1% da população, concluiu o Ipea. A FGV verificou que em cinco anos (2002 a 2006, inclusive) as famílias de classe média passaram de 44,2% para 51,9% da população.

Os economistas do Ipea não escondem certo viés sectário quando traçam uns riscos estatísticos para delimitar partidariamente os campos e dizem que tudo teve início em 2003, com o Governo Lula. O processo de redução da pobreza começou lá atrás, até mesmo no governo militar, e se acentuou quando a superinflação foi derrotada, em 1994, importando aí menos quem estivesse ao manche da aeronave.



Boa pergunta está em saber o que determina o que seja classe média. Nesse campo, há conceitos para todos os gostos. Para a FGV, é a família com renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591.

O leitor Sérgio Mourão observa que o Dieese, organismo sustentado pelos sindicatos, mantém uma pesquisa mensal sobre o que teria de ser o salário mínimo para assegurar apenas o sustento do trabalhador, da mão para a boca.

O Dieese se baseia na cesta básica definida pela lei que instituiu o salário mínimo em 1940. Apoiado nesse critério, garante que não poderia ser inferior a R\$ 2.072,70. E, no entanto, tanto o Ipea como a FGV classificam como classe média (e não como classe baixa) quem ganha metade disso. Qual é, senhor? Uma das explicações para a distorção é o que ocorreu

no mercado de trabalho.

Nos anos 40, quase não havia mulher que ganhasse a vida fora de casa. Não são precisos mais do que os dedos das mãos para contar as profissões a que uma mulher séria poderia se atrever: professora, enfermeira, telefonista, parteira, costureira, secretária, pianista, atriz (sabe-se lá...) - e já fica difícil enumerar mais.

Em outras palavras, o orçamento doméstico, antes garantido apenas pelos ganhos do chefe da família, foi engrossado pelo salário da mulher. Hoje, quando alguém procura financiamento habitacional, o banco pede não mais a renda pessoal, mas a da família. E isso muda muita coisa, inclusive a utilidade prática do conceito vendido pelo Dieese.

De qualquer forma, não dá para negar que a classe média

O processo de redução da pobreza começou lá atrás, até mesmo no governo militar

cresce não só no Brasil, mas no mundo. E, como já foi adiantado nesta coluna há dez dias (*A classe média muda o jogo*), esse fenômeno produz impactos sociais, culturais, econômicos e políticos. O principal impacto político é o de que, sempre que se sentir ameaçada, a classe média reagirá conservadoramente. Não quer arriscar-se a perder o que obteve com tanto sacrifício. E isso também tem consequência.

ENCOLHIMENTO

A principal conclusão da conferência feita ontem pelo economista Kenneth Rogoff no Instituto Fernando Henrique Cardoso é a de que a economia mundial precisa crescer menos para enfrentar a escassez de commodities.

Isso sugere que, apesar da redução do crescimento global, os preços das commodities, embora mais baixos, continuarão historicamente elevados, o que é bom para o Brasil.

Aumento da produtividade é, para Rogoff, o fator que vai impedir o estouro da inflação. E aí vai ajudar o maior emprego no mundo de tecnologia da informação.